

JORNAL DO SINDISEAB

UM JORNAL EM DEFESA DA CIDADANIA, DO SERVIÇO PÚBLICO E DOS SERVIDORES

SINDICATO
ESTADUAL
DOS SERVIDORES
PÚBLICOS
DA AGRICULTURA,
MEIO AMBIENTE,
FUNDEPAR E
AFINS

SERVIDORES NA LUTA

FES leva reivindicações à SEAP no Dia do Servidor

SEAP diz que situação financeira do governo ainda não permite contratações além das áreas prioritárias: Educação, Saúde e Segurança; e que as progressões e promoções de 2014 não serão pagas.

Confira todos os pontos da negociação na página 03.



EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

Sindicato encerra ciclo de Formação de Nível 1

Associados de todas as regiões do Paraná se reuniram entre os dias 15 e 17 de outubro, no CEPAT - Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores - em Curitiba. No total, 31 servidores participaram da última turma de Educação para a Cidadania e Desenvolvimento Sustentável, para estudar como funciona a sociedade sob a ótica dos trabalhadores.

Os cursos de formação do SINDISEAB foram desenvolvidos na gestão passada em parceria com o ITEDES - Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e Social. Entre 2010 e 2013, 134 servidores participaram do nível 1. A princípio, eram dirigidos a viveiristas do IAP, barreiras da SEAB e servidores das fábricas de tubos do Instituto das Águas. Na gestão atual, o

público-alvo foi ampliado para toda a base sindical, atingindo mais 77 associados e fechando um total de 211 alunos no nível 1.

Nível 2

Para encerrar o ano, o Coletivo de Formação do SINDISEAB vai oferecer a última turma de nível 2, em Curitiba, entre os dias 25 e 28 de novembro. O tema também é Educação para a Cidadania, mas focada nas políticas públicas e prática sindical. Até agora, já são 133 servidores atingidos. As inscrições já estão abertas. São 50 vagas, garanta a sua enviando um email para donizetti@sindiseab.org.br. Para o ano que vem, o SINDISEAB programa oferecer o terceiro nível, aguarde!

Atenção Aposentados

Para participar do Passeio do fim de ano na Chácara Nova Polska do Coletivo de Aposentados e Pensionistas do SINDISEAB, ligue para a Etni para ver se ainda tem vaga (41) 3253-6328 ou (41) 9820-0708. Vai ser dia 21 de novembro. Não perca!!!



E MAIS:

■ Saiba quais foram as últimas deliberações da Diretoria Executiva

■ Sindicato defende direito de progressão de quem terminou estágio probatório

PÁGINA 02.

■ Conheça as estratégias do Coletivo de Desenquadrados

■ Saiba porque e como o SINDISEAB luta pela reestruturação do QPPE

PÁGINA 04.

SINDICATO

Encerrando o ano

Na reunião da Diretoria Executiva, em 07 de outubro, foram tratados os encaminhamentos resultantes do Congresso. O Temístocles Vital (SEMA) é quem vai coordenar a comissão da reforma do nosso estatuto.

Festas no sindicato

A DE aprovou o Regimento Interno para a cessão do uso das instalações do salão do SINDISEAB, que só será emprestado para quem for associado. As regras são simples. É preciso zelar pela preservação do patrimônio do sindicato e respeitar os limites de horário para não incomodar a vizinhança. O salão comporta eventos com até 60 pessoas sentadas e será cobrada uma taxa de utilização para fins de manutenção e limpeza do local.

Outro tema importante tratado pela DE foi a definição de um projeto piloto de um curso de informática para os aposentados.

Confraternizações de fim de ano

A Direção deliberou também pelo repasse de verbas para os núcleos sindicais para as comemora-

ções de fim de ano. O valor para cada Núcleo Sindical é determinado pelo número de associados: R\$ 13,00 por pessoa.

Para receber o repasse, o representante regional deve fazer a solicitação para o Leôncio através do email: leo78@sindiseab.org.br. Vale combinar para fazer a festa conjunta com os servidores de todos os órgãos da nossa base. Não esqueçam de fazer bastante fotos e um texto contando como foi a festa para enviar ao sindicato.

Confira o calendário das confraternizações já marcadas:

- * 05 de dezembro - Curitiba, na sede do SINDISEAB;
- * 06 de dezembro - Londrina, na chácara;
- * 13 de dezembro - Maringá, no parque de exposições da cidade.

Férias

O ano de 2014 foi bem agitado. As nossas atividades serão suspensas entre 22 de dezembro e 26 de janeiro de 2015, pois o SINDISEAB entrará em recesso para as férias coletivas dos nossos funcionários.

Jurídico

Ao terminar o estágio probatório servidor tem direito a subir na carreira

Assim que terminem os três anos do estágio probatório, o servidor público do QPPE tem direito a avançar, em até duas referências, na sua tabela salarial (AA, AE e AP). Para isso, é necessário que, ao completar o período de avaliação, tenha certificados ou diplomas de cursos de capacitação, qualificação ou treinamento.

Então, o servidor deve fazer a solicitação formal da progressão por titulação, através de protocolo geral, junto ao Departamento de Recursos Humanos (DRH) da instituição onde está lotado. A requisição precisa ser feita em formulário próprio, seguindo as normas da Resolução da SEAP nº 10.363/2010. O DRH tem a função de orientar os servidores sobre o desenvolvimento nas carreiras, mas cada um deve ir atrás de seus direitos.

Para aqueles que tiveram a progressão por titulação indeferida ou não concedida, o SINDISEAB vai cobrar o direito judicialmente. Segundo a nossa Assessoria Jurídica, Drª Fabiana Pedrozo, são necessários os seguintes documentos:

1. Procuração devidamente assinada (pode ser a mesma procuração da progressão por antiguidade em atraso que está veiculada no nosso site);
2. Dossiê/Histórico funcional;
3. Ficha financeira desde a data da aquisição do direito de progressão até a data da sua efetiva implantação (inclusive). Obs: A ficha financeira



servirá para provar o tempo/período em que o Governo está inadimplente/não quita a progressão e respectivo valor do passivo laboral o que propiciará a valoração/quantum da execução;

4. Documentos pessoais (carteira de habilitação tem tudo) ou identidade e CPF.
5. Cópia do protocolo administrativo em que se requereu o pagamento, inclusive dos atrasados, se houver.
6. Breve resumo de cada caso para subsidiar aspectos fáticos da ação judicial a ser proposta.

Providencie todos os documentos e encaminhe para o SINDISEAB. O sindicato pretende impetrar estas ações em grupos. Os servidores que mandarem documentação incompleta, ficarão para depois. Para mais informações, faça contato: (41) 3253-6328 ou sindiseab@sindiseab.org.br.

Atenção: o atendimento jurídico do SINDISEAB é exclusivo para associados. Se você ainda não se associou, filie-se ao sindicato.



• FONE/FAX: (41) 3253.6328
• E-MAIL: sindiseab@sindiseab.org.br
• SITE: www.sindiseab.org.br

EXPEDIENTE

JORNAL DO SINDISEAB | Órgão de divulgação do Sindicato Estadual dos Servidores Públicos da Agricultura, Meio Ambiente, Fundepar e Afins. **Endereço:** Rua Dr. Manuel Pedro, 729 - Cabral - Curitiba/PR - CEP 80035-030 | **Fone/Fax:** (41) 3253.6328 | **E-mail:** sindiseab@sindiseab.org.br | **Site:** www.sindiseab.org.br | **Jornalista Responsável:** Cláudia Maria de Moraes (MTb 3186) **e-mail:** jornalismo@sindiseab.org.br | **Projeto gráfico e diagramação:** Excelência Comunicação | **Tiragem:** 2.000 exemplares | **Impressão:** Mega Gráfica Editora (3598.1113) | **Distribuição Gratuita e Dirigida** | Os artigos não assinados são de responsabilidade da Diretoria.

DIRETORIA EXECUTIVA ESTADUAL: **Presidente:** Roberto Carlos Prazeres de Andrade Silva (SEAB/Curitiba); **Vice-Presidente:** Luiz Carlos Dalpiaz (IAP/Curitiba); **Secretária Geral:** Donizetti Aparecido Rosa da Silva (SEAB/Maringá); **1º Secretário:** Elci Terezinha Veiga Costa (IAP/Ponta Grossa); **2º Secretário:** Heitor Rubens Raymundo (IAP/Curitiba); **Tesoureira Geral:** Maria Auxiliadora Fernandes (BPP/Curitiba); **1º Tesoureiro:** Mário do Rocio Kulyk (IAP/Francisco Beltrão); **Conselho Fiscal:** Arthur Brintencout Filho (SEAB/Guarapuava); Antoninho Fontanella (SEAB/Francisco Beltrão); Milton Vasconcelos Guedes (ADAPAR/Curitiba).

21 DE OUTUBRO



O sol prestigiou a comemoração do Dia do Servidor Público em Curitiba.



Enquanto cerca de 600 servidores saboreavam o bolo em frente ao Palácio Iguaçu, os dirigentes do Fórum das Entidades Sindicais (FES) se reuniram com os representantes

As principais reivindicações:

- * **manutenção do direito à aposentadoria especial;**
- * **saúde para os servidores estaduais;**
- * **concurso público;**
- * **serviços públicos de qualidade para a população;**
- * **novas tabelas salariais para o QPPE;**
- * **progressão/promoção do QPPE.**

O FES iniciou a reunião com a SEAP, em 21 de outubro, cobrando do governo atitudes emergenciais para proteger os agentes penitenciários.

Os 17 sindicatos que compõem o Fórum, se mostraram solidários e exigiram melhores condições de trabalho para os servidores que vem se tornando reféns das constantes revoltas nos presídios paranaenses. Somente neste ano, ocorreram 22 rebeliões. A SEAP afirmou estar sensibilizada com a situação e que considera a comemoração do Dia do Servidor fundamental.

Vejam o que foi tratado, tópico a tópico:

1 - Aposentadoria Especial - há cerca de dois meses, o governo apresentou minutas de três projetos de lei regulamentando a aposentadoria especial para servidores públicos em (1) situações de risco; (2) que trabalhem sob condições especiais que prejudiquem a saúde e (3) portadores de deficiência.

Vários sindicatos, inclusive o SINDISEAB, ganharam mandados de injunção no STF garantindo a aplicação da aposentadoria especial aos 25 anos de contribuição. Como já havia discussão avançada entre agentes penitenciários e educadores sociais, a minuta que trata das aposentadorias especiais para servidores que atuam situações de risco foi a primeira a ser trabalhada.

A contraproposta já foi protocolada. A partir daí, o governo está fazendo os cálculos do impacto financeiro das situações que foram levantadas pelo FES - com projeções a curto, médio e longo prazos - tanto na folha de pagamento quanto no cálculo atuarial para concessão de pensões pela ParanaPrevidência em três situações:

- * conforme proposta inicial do governo;
- * com as alterações propostas pelos sindicatos; e,
- * como vem sendo aplicado em outros estados da Federação.

A posição do FES sobre a minuta de aposentadoria sob condições prejudiciais à saúde também já foi protocolada, mas o governo afirmou não ter recebido ainda. O FES entregou cópia das minutas com os protocolos. Quanto ao terceiro tema, o governo está aguardando a análise do Conselho da Pessoa com Deficiência.

O FES cobrou prazos. A SEAP afirmou que o assunto não é simples e que precisa simular diversas situações, submeter à apreciação da PGE, para depois apresentar sua proposta. O governo estima que só terá condições de posicionar no fim do mês sobre a mi-

nuta que já está em discussão. Quanto às outras duas, estima que precisará de mais 30 dias.

2 - Concurso Público - a SEAP afirmou que a formação de uma equipe para tratar da saúde ocupacional dos servidores é urgente. Para isso, pretende contratar cerca de 200 servidores (médicos do trabalho, engenheiros de segurança e técnicos de segurança).

Citou também a necessidade de contratação de médicos peritos. Segundo a SEAP, cada secretaria do Estado já fez seu pedido de reposição de pessoal. Mas, enquanto o governo estiver no limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal, as admissões só vão ocorrer nas áreas prioritárias: Educação; Saúde e Segurança. A intenção é abrir editais a partir de fevereiro de 2015.

A secretária Dinorah Nogara afirmou também que o governo está fazendo um estudo de Dimensionamento da Força de Trabalho, financiado pelo Banco Mundial, para saber quantos servidores (e com que perfil) são necessários para cada área do funcionalismo.

O FES enfatizou que a defasagem de pessoal ocorre em todas as secretarias e que é preciso que o governo implante uma política de reposição permanente do quadro de pessoal.

3 - Novo Modelo de Saúde - Segundo a SEAP, "o governo quer" mudar o modelo de assistência à Saúde dos servidores e admite que o SAS tem deficiências na acessibilidade, limite de cobertura e exclusões. Já não fala mais em melhorar o SAS. Por isso pretende construir um novo modelo que chegue aos 399 municípios paranaenses (ou quase) com atendimento de qualidade e acessível. A SEAP afirmou que a meta é ter um modelo descentralizado, de qualidade e exequível (que se sustente). A próxima reunião do Grupo de Trabalho entre governo e FES está marcada para 29 de outubro.

4 - Promoções e Progressões - este foi o ponto mais polêmico da reunião. O governo anunciou que neste ano não haverá pagamento de quaisquer avanços de carreira, a não ser dos que já foram negociados com as categorias (Saúde, Educação e IEES). O FES reclamou que estas negociações se referem aos direitos adquiridos e atrasados há dois anos!

A secretária justificou que 2014 foi um ano de extremas dificuldades e que tem um cronograma de pagamentos a cumprir "dentro das possibilidades financeiras", enfatizou, e que os

avanços na carreira são considerados um "aumento salarial". O FES cobrou o pagamento das progressões e promoções atrasadas do QPPE. O governo respondeu que só considera atrasos de avanços do QPPE a partir do momento da concessão, o que causou indignação entre os dirigentes.

5 - Novas tabelas para o QPPE - Nogara contou que está em processo de estudo a reestruturação do QPPE e adequação de suas tabelas salariais. O FES cobrou acesso aos estudos, já que a reestruturação do QPPE sempre esteve na pauta de reivindicações.

A SEAP alegou que a proposta em estudo tem os devidos critérios e estudos técnicos, e que será disponibilizada ao FES mediante solicitação por ofício. No dia seguinte (22), a coordenação do FES protocolou ofício pedindo cópias dos processos.

Nota: O SINDISEAB em sua campanha salarial de 2014 pautou o assunto, e o debateu em todas as audiências nas secretarias/órgãos da base sindical, bem como o encaminhou pleito específico à SEAP. Leia mais na página 04.

6 - Enquadramento - sobre a efetivação dos 651 processos que estão em análise, o FES quis saber se diante das dificuldades de caixa a implantação se dará ainda esse ano. A SEAP afirmou que primeiro a Comissão deverá finalizar os trabalhos para saber o número de pessoas a serem reenquadradas.

A partir daí vai fazer o cálculo do impacto financeiro na folha de pagamento e submeter à SEFA para depois efetivá-los. Assim há o risco do pagamento não sair este ano, embora a Secretária Nogara tenha afirmado que pretende encerrar este assunto "o quanto antes" (saiba como foi a reunião do Coletivo de Desenquadrados na página 04).

Conclusão - Os dirigentes do FES não ficaram satisfeitos com os resultados da reunião. Os sindicalistas veem com preocupação a situação financeira do Estado e o fortalecimento de uma política governamental de "Estado Mínimo". Alertam que os servidores públicos estaduais e seus sindicatos devem permanecer unidos. Cada vez mais mobilizados para que não haja retrocesso nos direitos e que avanços continuem a acontecer.

O SINDISEAB considera que o dia de luta foi muito produtivo na medida em que se cumpriu o papel sindical de levar ao governo as principais questões que afligem os servidores.

Também, foi importante a realização de um ato público via FES, comemorativo ao Dia do Servidor Público (28/10), marcado pela combatividade, união e explicitação das propostas por mais e melhores serviços públicos.

No dia 18 de novembro o FES faz um reunião plenária para avaliar as conjunturas estadual e nacional, reorganizar sua coordenação e preparar a agenda e atividades para 2015.

ENQUADRAMENTO

Coletivo de Desenquadrados avalia conjuntura e faz planos

Nosso objetivo é alcançar a isonomia para todos os servidores.

Todo o progresso que tivemos até agora em relação ao enquadramento dos servidores do QPPE é fruto da nossa mobilização. Essa é a principal constatação do Coletivo dos Desenquadrados.

No início, não tínhamos praticamente nada, a não ser uma forte indignação e determinação de lutar para reparar a injustiça e fazer valer a isonomia entre os servidores públicos estaduais. Hoje temos inúmeros servidores já enquadrados e mais 651 com o direito ao enquadramento definidos no Acórdão (nº 3.302/13) do TCE-PR.

Porém, enquanto houver servidores desenquadrados, nossa luta não vai terminar. Assim, após constatar que estamos, passo a passo, avan-

çando; precisamos nos manter firmes na disposição de conquistar a isonomia para todos. Então, o Coletivo decidiu agir de duas formas:

* Insistir no enquadramento, pela via administrativa, com base na isonomia e do inequívoco interesse público que o servidor permanece na função. O vice-presidente do SINDISEAB, Luiz Carlos Dalpiaz, ficou responsável por adaptar os modelos de documentos necessários para que os que estão em desvio de função e atendem esses dois requisitos mencionados no acórdão do TCE-PR possam montar seus processos. Os documentos a serem ajustados são:

a) requerimento;



Na reunião do dia 07 de outubro, foi feita uma retrospectiva da história da nossa luta.

- b) declarações comprovando o desempenho das atividades;
c) declaração que comprove que há inequívoco interesse público que o servidor permaneça na função.

* Atualizar minuta de projeto de lei adicionando uma Tabela com Classes Especiais para, mediante os critérios da isonomia e do inequívoco interesse público, atender as situações em que o enquadramento não der conta de re-

solver. O 2º tesoureiro do SINDISEAB, Mario do Rocio Kulyk, é o responsável por apresentar a proposta que garanta isonomia dentro do princípio: trabalho igual + formação igual + tempo de serviço igual = salário igual.

O prazo para adaptações dos documentos e elaboração da minuta encerrou-se em 30 de outubro. Na reunião do FES com a SEAP em 21 de outubro, o tema foi abordado. Veja como foi na página 03.

FINANÇAS

Tabelas do QPPE precisam de correção urgente!

A reivindicação já discutida na base sindical e encaminhada ao governador; à SEAP e às autoridades de nossa base

São 13 mil servidores no QPPE

O Quadro Próprio do Poder Executivo, até recentemente, era o segundo maior quadro de pessoal do Poder Executivo do Estado do Paraná (Lei-PR nº 13.666/02). Mas perdeu essa condição, em 2014, com a criação de vários quadros de pessoal (saúde pública, peritos criminais, agentes fazendários e autarquias - ADAPAR, por exemplo).

Reduzido, o QPPE também ficou com suas tabelas salariais extremamente desatualizadas e inferiorizadas para os (AAs) Agentes de Apoio, (AEs) Agentes de Execução e (APs) Agentes Profissionais.

Outros segmentos tiveram avanços salariais significativos com as novas tabelas salariais. É o caso dos delegados da polícia civil, oficiais da polícia militar, fiscais da receita estadual, carreiras jurídicas (procuradores e advogados), peritos criminais, saúde pública, agentes fazendários e algumas autarquias (Instituto Emater, IAPAR e ADAPAR).

As atuais Tabelas Salariais do QPPE, para vencimento base (Lei-PR nº 18.096/14), tem os seguintes valores iniciais para ingresso nas carreiras:

- * AA – R\$ 887,35
- * AE – R\$ 1.331,22
- * AP – R\$ 3.193,81

Atuação do SINDISEAB melhora a remuneração

Para os servidores da Agricultura e Meio Ambiente a situação está bem melhor devido à histórica conquista a GEEE há dois anos (Lei PR nº 17.358/12). Os valores atuais da GEEE são:

- * AA – R\$ 741,31
- * AE – R\$ 1.057,08
- * AP – a R\$ 1.980,61

Quadro técnico enfraquecido

Os valores defasados das tabelas promovem insatisfação. Além da

evasão de pessoal, os baixos salários dificultam a contratação de novos servidores por meio de concursos públicos. Assim, por uma questão técnica, de justiça e de isonomia, é necessário que o Governo do Paraná - em sua política de recursos humanos e gestão de pessoas - inicie imediatamente o processo de correção das tabelas salariais do QPPE equiparando-as com as demais carreiras do funcionalismo estadual.

Além de estabelecer um cronograma para a implementação, é necessá-

ria a inclusão dos aposentados e pensionistas como beneficiários das novas tabelas salariais para evitar ações judiciais como recentemente julgada pelo Supremo Tribunal Federal.

A tarefa é do Governo do Estado, mas a luta de todos!

Nota: em 21 de outubro, a SEAP afirmou ter dois processos tramitando sobre a reestruturação do QPPE. O FES encaminhou ofício solicitando cópia de tais processos.

SINDISEAB pede esclarecimento à SEAP

Às vésperas das eleições, candidatos usaram o email Expresso para pedir votos aos servidores com base na existência de um projeto de lei reformulando o QPPE. O SINDISEAB enviou ofício à SEAP pedindo as seguintes informações:

1. Qual o entendimento/posição da SEAP a respeito da REESTRUTURAÇÃO DAS TABELAS do QPPE para 2015/2017?
2. Quanto a proposta amplamente divulgada via intranet (reestruturação das tabelas do QPPE - março/2015 a março/2017), qual a participação da SEAP na concepção de tal proposta, através de suporte técnico e jurídico?
3. Conforme afirmado no email abaixo, qual a veracidade da in-

formação de que “os valores já foram incluídos na LOA 2015”, já que não há embasamento legal específico?

4. O governador Beto Richa (Casa Civil) e a Secretaria da Fazenda (SEFA), já concordaram ou deram pareceres favoráveis a respeito?

Caso as informações divulgadas não tenham a concordância da SEAP/GOVERNO do PR, sugerimos que esta Secretaria de Estado emita NOTA PÚBLICA, esclarecendo os servidores públicos do Paraná sobre tais fatos, já que a divulgação de tal proposta gerou uma grande expectativa no seio dos servidores públicos do QPPE e se não concretizada, gerará imensa e indesejável frustração.

